

MUNER, Renata de Oliveira Campos. Inclusão das Pessoas Deficientes (Paraplégicos) nas Escolas Públicas Municipais: Município de Bragança Paulista. Bragança Paulista, SP: FESB, 2007. (IMPRESSO)

## RESUMO

A referida pesquisa retrata a questão da inclusão de pessoas com deficiência física nas escolas municipais de Bragança Paulista. Assim sendo, é notório destacar que toda a responsabilidade da inclusão de um estudante com necessidade especial recai sobre a comunidade escolar e representa uma oportunidade, um objetivo para que a escola não caminhe para um grupo de pessoas sozinhas. A Legislação a respeito, recente e ainda pouco conhecida até pelo professorado, coloca a questão nos termos mais amplos possíveis: inclusão escolar é para todos aqueles que se encontram à margem do sistema educacional, independentemente de idade, gênero, etnia, condição econômica, condição física ou mental. A presente pesquisa objetiva verificar como está ocorrendo a inclusão de pessoas com deficiência física (paraplégico) nas escolas municipais do município de Bragança Paulista e detectar se as mesmas estão se adequando para receber e oferecer condições (espaço físico, infra-estrutura, materiais, professores especializados, etc.), de permanência a alunos deficientes que as procuram, analisando aspectos sociais, educacionais e verificando as possíveis divergências existentes entre a legislação, os programas desenvolvidos pelo governo brasileiro e a prática existente para enfrentar a questão mencionada. Para atingir os objetivos foi usada uma pesquisa descritiva. Este tipo de metodologia objetiva descrever as características de um objeto de estudo, apresentando suas características. No que diz respeito ao estudo realizado no Brasil, apesar de existir a Constituição Federal/1988, e as outras Leis que regulamentam os interesses de pessoas deficientes, são poucos os estabelecimentos que as cumprem, quer seja em Bragança Paulista, como no restante do país. O que se pode concluir é que muito se tem a fazer com relação à arquitetura das escolas, à infra-estrutura, a formação dos professores que atuam junto à pessoas deficientes. É indispensável maiores investimentos públicos (municipal, estadual, federal). O que não pode ocorrer é a readaptação das escolas à partir da necessidade (procura).